



ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR - II Série, n.º 91 de 18 de Abril) • Contribuinte n.º 501 323 414

MENSAGEM

32 ANOS DE Liberdade! 30 anos de Poder democrático.

Há 32 anos os Portugueses acordaram livres, custando-lhes a acreditar que a ditadura terminara abruptamente. Não era caso para menos: 48 anos de repressão, 13 anos de guerras coloniais, faziam duvidar sobre o seu desaparecimento imediato. Ainda por cima, eram militares os que prometiam a Liberdade, a Democracia e o fim da guerra. A primeira reacção dos que ansiavam por esse dia foi de desconfiança: tinham presente Pinochet, temiam o Kaulza de Arriaga. Mas as canções do Zeca e de outros poetas da Liberdade, anunciavam que estes militares eram diferentes.

As promessas do MFA eram claras e inequívocas: terminara a repressão, regressara a Liberdade, vinha aí o fim da guerra e do colonialismo, vinha aí a democracia.

Foi o tempo de todos os sonhos, de todas as lutas.

Muito se conseguiu, Portugal é hoje um país totalmente diferente, bastante melhor do que há 32 anos. Os militares cumpriram todas as suas promessas. Disso se orgulham, revendo-se num acto libertador, único na História da humanidade.

A principal das suas promessas foi a de implantar a democracia, através de eleições livres. Evocamos os 30 anos de eleições livres, já sob a égide da Constituição aprovada também há 30 anos, para todos os órgãos do Poder: primeiro a Assembleia da República, depois o Presidente da República, de seguida as Regiões Autónomas e, por fim, as Autarquias. E se o Governo não foi eleito, porque os governos não se elegem, foi também há 30 anos que o I Governo constitucional foi formado, em função de eleições livres para a Assembleia da República e para o Presidente da República.

Por tudo isto, constatando que a democracia está consolidada em Portugal, ao evocar o 25 de Abril, evocamos também a existência de órgãos eleitos democraticamente.

Não compreendendo como é possível que um desses órgãos, precisamente a Assembleia Regional da Madeira, decida, no ano 30 da sua existência, não comemorar o acontecimento histórico sem o qual não existiria...

Nem todos os Portugueses estiveram e estão sempre de acordo com os actos e os procedimentos dos órgãos, directa ou indirectamente, eleitos. Ainda agora assistimos à vergonha da atitude dos deputados que assinaram o ponto e saíram antes de tempo... Todos eles ao agirem de forma que consideraram correcta, o fizeram com resultados positivos ou negativos.

Obtivemos a Liberdade e é sobre essa pedra que temos construído a Democracia. Sem ela, estaríamos muito pior. O resultado é obra e responsabilidade de todos. Em graus diferentes, é certo, mas todos temos responsabilidade no ponto em que estamos. Gostaríamos de estar melhor. É pouco compreensível como foi possível, em 30 anos de democracia, termos chegado á actual situação.

Mas, todos temos de nos empenhar...

E todos temos de nos empenhar num maior esforço na melhoria da nossa sociedade. Todos temos, cada um com as suas responsabilidades, seja na modéstia do seu serviço seja na mais elevada função que ocupa, tentar fazer hoje melhor do que ontem.

À competição desbragada, egoísta, baseada no poder do mais forte, esquecida da solidariedade devida a quem menos tem e pouco pode, convém lembrar que a História nos ensina que os muito fracos acabam sempre por não ter mais nada a perder...

Depois do sonho, da ilusão de que tudo era possível, a dura realidade impôs-nos a sua presença e mostrou-nos como é difícil passar dos sonhos à sua concretização, como não é fácil construir uma sociedade mais justa e fraterna. A realidade mostrou-nos como é necessário continuar a lutar e trabalhar sem desânimo, em espírito de entreatura e cooperação, vencendo afrontas e dificuldades, a caminho da construção de um mundo melhor.

Ao longo destes 30 anos de poder democrático, nem sempre estiveram na primeira linha das preocupações dos vários responsáveis os valores que sempre os devem nortear. Pelo contrário, assumiram por vezes o papel determinante posições como a luta pelo poder, os interesses corporativos, a corrupção – verdadeiro cancro da democracia –, a tentativa do poder económico controlar o poder político, a falta de democracia interna nos partidos políticos – elementos essenciais da democracia política –, os egoísmos e as fraquezas humanas.

E, porque nem sempre tudo acontece como desejaríamos, ou ocorre por vezes ao contrário do que consideramos justo, não podemos desistir. Temos de continuar a lutar por um futuro melhor, se não para nós, para os nossos filhos e netos.

Não é fácil a luta contra os interesses instalados. Quem detém o poder económico e social, mesmo que assente no sofrimento e mal-estar de muitos, resiste sempre à mudança necessária, porque é fonte de Liberdade, progresso e realização para a grande maioria.

Mas, porque não é fácil fazer avançar a sociedade, no sentido da realização de todos os homens e mulheres, temos de lutar e trabalhar todos os dias para que isso aconteça. Unindo esforços, na remoção dos obstáculos, das incompreensões, dos egoísmos e dos interesses menos transparentes que atrasam a justiça e o progresso.

A democracia participativa, de todos e cada um, organizados em grupos cívicos, é cada vez mais necessária, mais indispensável.

A liberdade impõe-nos um maior sentido de responsabilidade, impõe-nos a todos uma maior intervenção na defesa dos nossos ideais, dos nossos interesses legítimos. Não podemos esperar que caia de cima a solução dos nossos problemas, não podemos esperar que os outros no-los resolvam.

Os detentores do poder, por mais legitimados que estejam, têm que saber que estão permanentemente em observação, que devem, sempre e a cada momento, pautar-se pela defesa dos valores e dos interesses de quem os legitimou. Isso só acontecerá se, de uma forma significativa, passarmos da crítica e do queixume à organização e à acção.

A cidadania não se compadece com ausência, com abstenção, com alheamento. Pelo contrário, exige uma participação activa, aos diferentes níveis, defendendo causas concretas que levem os responsáveis no poder a respeitarem e defenderem o interesse público e os legítimos anseios dos seus concidadãos.

E, porque estamos a falar do 25 de Abril, não podemos permitir que nos apaguem a memória. A participação cívica deve ter permanentemente presente a memória do passado, a razão de ser do 25 de Abril.

Nós, Associação 25 de Abril, conscientes da nossa legitimidade, mantemos o nosso espírito de missão, não desistimos da nossa obrigação patriótica de incentivação e mobilização de vontades e inteligências, na procura dos caminhos que nos conduzam a uma sociedade melhor.

Queremos continuar em Democracia. Mas lutamos por uma Democracia melhor, mais participada, menos mascarada, mais política e menos dos interesses instalados, que não agrave os problemas da sociedade e permita um Portugal mais livre, mais justo, mais fraterno e em Paz.

É esse o voto que aqui expressamos, quando festejamos os 32 anos de Liberdade.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!



ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR - II Série, n.º 91 de 18 de Abril) • Contribuinte n.º 501 323 414

Abril 2006